

Lixo Audiência ontem apresentou projeto de instalação do depósito em Piracicaba; ambientalistas e empresários divergem sobre a obra

Sedema descarta usar aterro particular

O aterro sanitário particular que está em processo de licenciamento ambiental na Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) não deve ser usado pela Prefeitura de Piracicaba para o descarte do lixo doméstico gerado na cidade. Segundo o secretário de Defesa do Meio Ambiente, Rogério Vidal, Piracicaba terá um aterro municipal, mesmo se a PPP (Parceria Público Privada) lançada com esta finalidade não seja aprovada pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado).

O EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental) do empreendimento CGR (Centro de Gerenciamento de Resíduos) Oásis, o aterro citado, foi apresentado ontem em audiência pública no Simespi (sindicato patronal da indústria), dividindo a opinião dos aproximadamente 100 presentes. Entre as empresas responsáveis pelo empreendimento está a Tejofran, que integrou o consórcio que teve o contrato rompido na

Justiça para as obras da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) Ponte do Caixão.

O aterro particular deve ser instalado, se aprovado pela Cetesb, em uma área de 480 mil metros quadrados às margens da rodovia Deputado Laércio Corte (SP-147), que liga Piracicaba a Limeira. O aterro terá capacidade para receber 500 toneladas por dia de lixo doméstico e industrial, com vida útil de 20 anos. Desde 2007, quando o aterro do Pau Queimado foi desativado, Piracicaba tem de enviar o lixo coletado na cidade para Paulínia, distante 61 quilômetros.

Em relação ao aterro particular, de acordo com o secretário, a prefeitura possui o mesmo posicionamento do Condema (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente), que elaborou um parecer no qual relatou "não ter nada a opor" quanto à instalação do empreendimento. "Piracicaba precisa de um aterro industrial, facilitando o descarte de resíduos

das empresas", disse Vidal. No entanto, o secretário garantiu que para os resíduos domésticos a prefeitura fará o aterro nem que precise encontrar uma "alternativa" à PPP, que foi barrada pela terceira vez.

O evento de apresentação do estudo ambiental foi organizado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente). Segundo o secretário-executivo do Consema, Germano Seara Filho, a audiência representa o início do processo de licenciamento do empreendimento, no qual a sociedade civil pode apresentar sugestões ou críticas, que são analisadas posteriormente. Durante a audiência, os representantes de entidades e cidadãos puderam opinar. Entre os ambientalistas e a sociedade, a implantação do aterro foi bastante criticada. Porém, entre os empresários, a opinião era oposta.

De acordo com Paulo Jorge Moraes Figueiredo, da Sodemap (Sociedade em Defesa do Meio



Cerca de 100 pessoas participaram do encontro no Simespi

Ambiente de Piracicaba), o estudo do aterro foi apresentado sem diversos documentos necessários para a sua avaliação. Além disso, outra questão recorrente na discussão foi a escolha do local, que é distante 380 metros do rio Piracicaba. Para o representante do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), Carlos Monteiro Bo-

cuhí, o principal patrimônio da cidade, o rio, deve ser preservado. Presente no evento, o vereador José Pedro Leite da Silva (PR) informou que deverá solicitar a anulação da audiência ao Ministério Público. O legislador questiona a falta de divulgação do evento e de discussão do projeto com a sociedade. **(Camila Souza)**

